

**A RESPONSABILIDADE CIVIL EM DESASTRES AMBIENTAIS NO MAR E A EFETIVIDADE DO FUNDO DE DIREITOS DIFUSOS NO BRASIL**

**ISABELA LEAL REIS SILVA  
RAPHAEL FELIPE GARCIA  
WALTER FRANCISCO SAMPAIO NETO**

27

**Resumo:** O meio ambiente marinho é um direito difuso fundamental, resguardado no art. 225 da CF/1988, e sua preservação integral e do equilíbrio ecossistêmico, quanto a saúde dos oceanos, são imprescindíveis a qualidade de vida humana. A crescente preocupação ambiental é agravada pelas mudanças climáticas e desastres que afetam os oceanos, tornando relevante a análise da responsabilidade civil ambiental relativa ao mar. A pesquisa teve como objetivo analisar essa temática, examinando a estrutura jurídica da responsabilidade civil ambiental, discutindo a aplicabilidade dos princípios do poluidor-pagador e protetor-recebedor, além de avaliar a gestão, aplicação e efetividade do Fundo de Direitos Difusos (FDD). Para elaboração do trabalho valeu-se do método dedutivo, por meio da análise documental, empregando a revisão bibliográfica com análise da legislação ambiental brasileira, como a Constituição Federal de 1988, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e a Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985), da doutrina, jurisprudência e de dados oficiais de arrecadação e aplicação do FDD, extraídos de relatórios do Ministério da Justiça e Segurança Pública, entre 2015-2024. A pesquisa verificou que a responsabilidade civil ambiental no Brasil é objetiva, pautada pela teoria do risco integral, exigindo reparação do dano independentemente de culpa e sem excludentes tradicionais. Contudo, desastres de grande magnitude com danos irreversíveis demonstram a insuficiência da mera responsabilização pecuniária. Em relação ao FDD, apesar de sua expressiva arrecadação (mais de R\$ 6,2 bilhões entre 2015-2024), apresenta baixa efetividade devido à subexecução, falta de transparência e, especialmente, a desvinculação entre a origem do dano e a aplicação dos recursos. Conclui-se que, apesar de um arcabouço jurídico robusto, a efetividade da reparação ambiental pelo uso do FDD no Brasil é comprometida pela ineficiência na gestão dos recursos. A desvinculação da aplicação dos recursos do FDD em relação à territorialidade e à temática do dano original frustra o princípio da reparação integral e enfraquece as funções punitiva e preventiva da responsabilidade civil. Conclui-se pela necessidade de alteração Decreto nº 1.306/1994, especificamente a substituição do termo "prioritariamente" por "exclusivamente" na redação do parágrafo único do art. 7º, referente à destinação dos recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD). Tal modificação visa assegurar a aplicação estrita desses recursos em projetos e/ou direitos difusos correlatos à origem do dano ambiental. Além da adoção de medidas de fiscalização e transparência pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD) na gestão e utilização desses recursos, para resguardar a tutela jurídica ao meio ambiente e maximizar a eficácia da restauração dos bens e serviços ecossistêmicos afetados.

**Palavras-chave:** direito ambiental; fundo de direitos difusos; meio ambiente marinho; dano ambiental; princípio da restituição integral.

**Referências:**

NOGARE, Ricardo de Aragão; CAMERINI, Vitória Zago; LOPES, Pâmela de Souza Olicheski. Reparação Ambiental: A destinação dos recursos provenientes de condenações pecuniárias como forma de resarcimento de um dano ambiental. **Res Severa Verum Gaudium**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/resseveraverumgaudium/article/view/95679>. Acesso em: 30 set. 2025.

28

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Peixoto B. **Novo tratado de responsabilidade civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.1038. ISBN 9788553612086. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612086/>. Acesso em: 14 set. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. p.1076. ISBN 9788530995492. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995492/>. Acesso em: 13 set. 2025.

ZANQUIM JUNIOR, José Wamberto. **A responsabilização do estado e a destinação dos recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos nas ações de reparação dos danos ambientais**. 2021. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11164530#](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11164530#). Acesso em: 30 set. 2025.

**A RESPONSABILIDADE PATERNAL NO CONTEXTO JURÍDICO  
BRASILEIRO: AFETO, DEVERES E INTERVENÇÃO JUDICIAL**

**ANA MARIA LOURENÇO GARCIA  
EDUARDA RAUCHI  
BRUNO HENRIQUE PROCÓPIO SILVA**

29

**Resumo:** O Direito das Famílias, por sua dinamicidade, tem sido palco de constantes transformações e a responsabilidade paternal emerge como tema de crescente complexidade no contexto jurídico brasileiro. A análise se justifica pela necessidade de investigar a evolução e o alcance desse instituto, que transcende a mera provisão material para abranger dimensões afetivas e psicossociais. Garantir o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes é pilar de uma sociedade justa e o cumprimento dos deveres paternais, que incluem educação, proteção e suporte emocional, contribui diretamente para a formação de indivíduos responsáveis e proativos. A negligência dessas obrigações pode acarretar sérios problemas sociais, como abandono, violência doméstica e, até mesmo, criminalidade. Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo geral analisar a responsabilidade paternal no contexto jurídico brasileiro, abrangendo suas dimensões históricas, normativas e jurisprudenciais. Para tanto, buscou-se estudar a evolução dessa responsabilidade, identificar os direitos e deveres paternos, com foco no impacto do abandono afetivo e na obrigação de prestar alimentos, bem como investigar a abordagem dos tribunais diante do inadimplemento dessas obrigações. A metodologia adotada se ancorou no método hipotético-dedutivo, partindo da análise de normas e princípios para a investigação de casos concretos, também aplicando o método histórico, o que permitiu traçar a evolução dos deveres paternos ao longo do tempo. A pesquisa empregou levantamento bibliográfico e análise documental, que incluiu precedentes jurisprudenciais relevantes. O estudo buscou clarificar as nuances da responsabilidade paternal no Brasil, delineando os direitos e deveres dos pais à luz do Direito das Famílias e dos princípios constitucionais, como o melhor interesse da criança e a dignidade humana. Os resultados permitem identificar a forma como os tribunais vêm interpretando e aplicando essas normas, especialmente em questões de guarda, pensão alimentícia e abandono afetivo, revelando avanços no reconhecimento da dimensão existencial da paternidade. Ao reconhecer a negligência no cumprimento de obrigações, o posicionamento majoritário é no sentido de reconhecer a responsabilidade civil de pais que, de alguma forma, prejudicam ou impedem o pleno desenvolvimento de seus filhos. Conclui-se, assim, que a investigação proposta oferece uma visão abrangente e atualizada da responsabilidade paternal no Brasil, indo além da obrigação material para enfatizar a importância do afeto e do cuidado integral. Ao analisar a jurisprudência, o estudo contribui com o debate jurídico acerca da necessidade de o judiciário continuar aprimorando suas abordagens, buscando soluções inovadoras e consistentes para garantir o cumprimento das obrigações paternais e, consequentemente, promover um ambiente familiar mais saudável e equitativo para o desenvolvimento das futuras gerações.

**Palavras-chave:** abandono afetivo, direito das famílias, obrigações paternais e responsabilidade paternal

**Referências:**

BANDEIRA, Anne Lisie de Moura; BARROS, Ana Maria Dinardi Barbosa. Os crimes contra a assistência familiar: as consequências do abandono afetivo paterno na vida da criança/adolescente. **R. Científica UBM-Barra Mansa**, v. 22, n. 42, nov. 2022. Disponível em: <https://revista.umb.br/index.php/revistacientifica/article/view/909/154>. Acesso em: 03 nov. 2024.

30

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994914/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

REZENDE, Maria Júlia Andrade; COSTA, Vanuza Pires da. Evolução jurídica do abandono afetivo no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 10, n. 5, p. 5, maio 2024. Disponível em:  
<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13985/6923>. Acesso em: 01 nov. 2024.

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos do Direito Civil - Direito de Família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v.6. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994532/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

## ANÁLISE DA EFICÁCIA DO MARKETING EM REDES SOCIAIS PARA PEQUENAS EMPRESAS

**BRUNO GRYGONIS  
PEDRO HENRIQUE MARTON MOREIRA  
RAFAEL GREGUI**

31

**Resumo:** O marketing digital assumiu papel estratégico para pequenos negócios, especialmente no uso das redes sociais como canais de aproximação com o público e geração de valor. Nesse cenário, compreender como essas ferramentas influenciam a visibilidade e a competitividade das empresas torna-se essencial para o seu crescimento e abrangência no mercado. O estudo tem como objetivo analisar de que forma o marketing em redes sociais contribui para o desempenho de pequenas empresas, considerando aspectos de engajamento, alcance e conversão de clientes descrevendo os elementos envolvidos nas ações de marketing digital. A metodologia aplicada foi de caráter qualitativo, fundamentada em revisão bibliográfica e em um estudo de caso realizado com a empresa ‘Casa dos Brinquedos’, localizada em Votuporanga-SP. A coleta de dados envolveu observação direta das ações digitais no Instagram e Facebook, além da aplicação de questionário com o gestor da organização. A análise mostrou que o uso estratégico das redes sociais ampliou a presença digital da empresa, favorecendo maior interação com os clientes e impacto positivo nas vendas. As campanhas de tráfego pago apresentaram bom retorno, com crescimento no número de cliques, engajamento e conversão, mesmo diante de investimentos reduzidos. Além disso, foi observado fortalecimento da imagem institucional e da relação com os consumidores locais. Conclui-se que o marketing digital, quando planejado e aliado à análise de métricas, constitui uma ferramenta eficaz para pequenas empresas se posicionarem de maneira competitiva. A experiência da ‘Casa dos Brinquedos’ confirma que ações simples e bem estruturadas podem gerar resultados significativos, tanto na visibilidade quanto na fidelização do público.

**Palavras-chave:** marketing digital; redes sociais; pequenas empresas; engajamento.

### Referências:

CAMAROTTO, Mauro; ALVES, Ricardo. Marketing digital: o impacto das redes sociais nas pequenas empresas. **Revista de Marketing Digital**, v. 6, n. 3, p. 78-92, 2019.

GABRIEL, Sonia. **Marketing digital: fundamentos, estratégias e ferramentas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 17. ed. São Paulo: Pearson, 2018.

LAS CASAS, Alexandre L. **Marketing: Conceitos, exercícios, casos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

**ANÁLISE DE CUSTOS PADRÃO COMO FERRAMENTA PARA TOMADA DE DECISÃO EM EMPRESA INDUSTRIAL**

**RODRIGO NISHIKAWA MARQUES  
YOSCHIMI OKA**

32

**Resumo:** A análise de custos padrão tem se mostrado uma ferramenta essencial para o processo decisório em ambientes industriais, uma vez que possibilita maior previsibilidade financeira, controle das operações e identificação de variações entre custos planejados e realizados. Esse método consiste na fixação prévia de parâmetros de custos, permitindo comparações com os valores efetivamente incorridos e fornecendo subsídios para ações corretivas, redução de desperdícios e aprimoramento da eficiência operacional. O objetivo deste estudo foi investigar como a utilização do custo padrão contribui para a tomada de decisões gerenciais em empresas industriais, reforçando sua relevância no alinhamento entre práticas de gestão e objetivos estratégicos. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, de caráter qualitativo, contemplando trabalhos acadêmicos publicados entre 2017 e 2023. A pesquisa incluiu artigos científicos, anais de congressos e produções acadêmicas consultadas em bases como Scielo, Google Acadêmico e Periódicos CAPES. O material analisado permitiu identificar os principais conceitos, contribuições teóricas e evidências empíricas acerca da aplicação do custeio padrão no contexto industrial. Os resultados mostraram que o custo padrão é reconhecido como instrumento estratégico que favorece o planejamento orçamentário, a precificação, o controle interno e a avaliação de desempenho. Além disso, possibilita maior transparência na gestão, fortalece a cultura organizacional orientada a resultados e promove a racionalização de recursos. Entretanto, a literatura também destacou limitações, como a necessidade de constante atualização dos parâmetros adotados e da capacitação das equipes para evitar distorções na análise dos dados. Conclui-se que o custeio padrão, quando corretamente implementado, contribui de forma significativa para o fortalecimento da competitividade e sustentabilidade das empresas industriais. Sua aplicação não apenas aprimora o controle e a eficiência, mas também amplia a capacidade da gestão em responder com agilidade às demandas de um mercado dinâmico e competitivo.

**Palavras-chave:** custo padrão; tomada de decisão; gestão de custos; eficiência industrial; controle gerencial.

**Referências:**

AVENALI, A. *et al.* Assessing standard costs in local public bus transport: a hybrid cost model. **Transport Policy**, Jan. 29, 2017.

BATISTELLA, A. J.; ZANIN, A.; DAL MAGRO, C. B.; PINHEIRO, A. B. Influência de características organizacionais na aplicabilidade de práticas de controladoria. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, e51491110199, 2020.

CAMARGO, Aline; ZANIN, Antônio; ESPEJO, Marcia Maria dos Santos Bortolocci; KRUGER, Silvana Dalmutt. Tomada de decisão subsidiada na gestão de custos: uma análise de indústrias do estado de Mato Grosso do Sul. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, e336111536982, 2022.

COSTA, Laura Eduarda Aparecida; NEVES, Adriana Roveri das. Gestão estratégica de custos como ferramenta na tomada de decisão em empresas da cidade de Marzagão-Goiás. **Revista Mirante**, Anápolis (GO), v. 16, n. 2, edição especial, p. 307-325, jun. 2023.

## ANÁLISE DOS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO DROPSHIPPING PARA PEQUENOS EMPREENDEDORES

KAMILY VITORIA DE JESUS  
STHEFANY GONÇALVES DA SILVA  
RAFAEL GREGUI

34

**Resumo:** Com o avanço do comércio eletrônico, o modelo de negócios Dropshipping tem se consolidado como alternativa atrativa para pequenos empreendedores, oferecendo baixo investimento inicial, maior flexibilidade, acesso a um mercado diversificado e elimina a necessidade de estoque próprio. Apesar de suas vantagens, o Dropshipping apresenta desafios relevantes, como a dependência de fornecedores, a alta concorrência e a necessidade de integração tecnológica. Essas questões impactam diretamente na experiência do consumidor e na sustentabilidade do negócio. O objetivo do artigo é analisar os principais desafios e oportunidades do Dropshipping, identificando estratégias que fortaleçam a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos empreendedores nesse segmento. Para alcançar tal propósito, a metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica de autores contemporâneos sobre Dropshipping, e complementada por entrevistas qualitativas com responsáveis por duas empresas atuantes no setor. O estudo de caso evidenciou diferenças de maturidade: a Empresa 1, com menos de seis meses, enquanto a Empresa 2, com mais de dois anos. Entre os desafios, destacaram-se integração com fornecedores e dificuldades logísticas, fundamentais para a experiência do cliente. Em relação às oportunidades, ambos reconheceram como pontos positivos o baixo investimento inicial, a flexibilidade operacional e a possibilidade de oferecer um catálogo diversificado sem necessidade de estoque físico. A eficiência logística, parcerias estratégicas e redução de custos foram fatores essenciais para o sucesso, exigindo inovação contínua diante da concorrência. Foi observado a importância de compreender o dropshipping não apenas como um modelo acessível, mas como um sistema que demanda competências específicas para alcançar sustentabilidade e sucesso a longo prazo. Desse modo, confirmaram-se na prática os desafios apontados pela literatura: dificuldades logísticas, dependência de fornecedores e concorrência com grandes marketplaces. As entrevistas reforçaram que a sustentabilidade do modelo requer adaptação constante, diferenciação competitiva e uso intensivo de estratégias digitais. Assim, conclui-se que o dropshipping representa uma oportunidade real para pequenos empreendedores brasileiros desde que haja planejamento, gestão eficiente e atenção às exigências legais.

**Palavras-chave:** comércio eletrônico; dropshipping; empreendedores; logística

### Referências:

ALMEIDA, R. & COSTA, F. (2023). **Estratégias de diferenciação no comércio digital.** São Paulo: Editora Atlas, 2008.

ALVES, J. Responsabilidade do lojista no dropshipping e o Código de Defesa do Consumidor. **Revista Brasileira de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 45-59, 2022.

AZEVEDO, J. **Dropshipping**: o que é e tudo que não te contaram sobre esse modelo de negócio, 2022. Disponível em: <<https://bagy.com.br/blog/dropshipping/>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

COSTA, L. Estratégias de SEO para dropshipping. **Jornal de Marketing Digital**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 22-36, 2022.

**ANÁLISE DOS DESAFIOS INICIAIS EM UM MICRO  
EMPREENDEDORISMO INFORMAL E FAMILIAR DE PANIFICAÇÃO  
ARTESANAL**

**ALINE BUENO PIRES DE LIMA  
ANA LUIZA CANOLLA DO AMARAL  
GUILHERME MARCELO MACIEL  
CLAUDINEI ZAGUI PARESCHI**

36

**Resumo:** O trabalho informal é caracterizado pela realização de atividades econômicas à margem das regulamentações governamentais, sem registros e proteções legais. Dentro desse contexto, este estudo busca analisar os desafios enfrentados no início do processo de empreendedorismo. O seu objeto de estudo se caracteriza como um micro empreendimento no ramo de panificação artesanal, sob o nome de Dricca Inácio, cujo início de suas atividades se dá em janeiro de 2025, na cidade de José Bonifácio, estado de São Paulo. Depois de anos empregados no ramo de panificações, o casal fundador decide abrir sua própria empresa. Os objetivos são analisar e desenvolver estratégias de marketing, e melhorias na compra de insumos a partir de indicadores de desempenho. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica sobre marketing e indicadores de desempenho; além disso a pesquisa exploratória foi desenvolvida no primeiro trimestre de 2025, nos meses anteriores ao registro formal do MEI. Foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa na coleta e análise de dados; e o método empregado foi o estudo de caso. Como resultado, após o desenvolvimento das estratégias e melhorias foi possível observar que a venda de itens triplicou seu número, o lucro líquido dobrou seu valor e as despesas relativas caíram de 44% da receita para 25%. O estudo reforçou a importância da adoção de práticas de gestão mesmo nos momentos iniciais de negócios informais e/ou que buscam a formalização, e destacou a necessidade, nesse caso, de um perfil digital profissional, e de sistemas de previsão de demanda, mesmo que simples. Concluiu-se que a aplicação do uso analítico dos indicadores de desempenho, associada às técnicas de marketing proporcionaram crescimento significativo ao micro empreendimento analisado.

**Palavras-chave:** empreendedorismo informal; indicadores de desempenho; marketing digital; panificação

**Referências:**

KOTLER, Philip *et al.* **Marketing 4.0:** do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

MARTINS, Roberto Antonio; COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Indicadores de desempenho para a gestão pela qualidade total: uma proposta de sistematização. **Gestão e Produção.** v. 5, n.3, p. 298-311, dez. 1998.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração estratégica na prática:** a competitividade para administrar o futuro das empresas. São Paulo: Atlas, 2013.

VASCONCELOS NETO, Aluizio Guedes de; CALADDO, Aldo Leonardo Cunha.  
Gestão de custos para tomada de decisão em empresas de panificação situadas no  
município de João Pessoa/PB. **Managemente Control Review.** v. 5, n.2, p. 2-21, out.  
2020. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/352079183\\_GESTAO\\_DE\\_CUSTOS\\_PARA\\_TOMADA\\_DE\\_DECISAO\\_EM\\_EMPRESAS\\_DE\\_PANIFICACAO\\_SITUADAS\\_NO\\_MUNICIPIO\\_DE\\_JOAO\\_PESSOAPB](https://www.researchgate.net/publication/352079183_GESTAO_DE_CUSTOS_PARA_TOMADA_DE_DECISAO_EM_EMPRESAS_DE_PANIFICACAO_SITUADAS_NO_MUNICIPIO_DE_JOAO_PESSOAPB). Acesso em: 15 fev. 2025.

## ANÁLISE DOS SUBCENTROS URBANOS EM VOTUPORANGA-SP: BAIRRO DA ESTAÇÃO

**CAIO EDUARDO DA SILVA  
JULIA RODRIGUES DE ABREU  
MILLENA FERNANDES CICONI  
JANAÍNA ANDRÉA CUCATO**

38

**Resumo:** O estudo tem como foco a análise do subcentro urbano localizado no bairro da Estação, em Votuporanga-SP, buscando compreender suas características sociais, econômicas e urbanísticas, além de propor estratégias de intervenção que possam fortalecer sua subcentralidade. A relevância da pesquisa se fundamenta na importância dos subcentros para a dinâmica das cidades médias, uma vez que desempenham papel estratégico na descentralização de serviços, no equilíbrio territorial e na valorização de identidades locais. A metodologia adotada combinou levantamento bibliográfico e documental, análise de mapas e imagens de satélite, além de observação in loco, o que possibilitou identificar fluxos, usos do solo e marcos históricos vinculados à ferrovia e à estação de trem, elementos que estruturaram a formação do bairro. Também foram considerados estudos de caso, como o subcentro da Pampulha em Belo Horizonte-MG, permitindo comparações entre escalas urbanas distintas. Os resultados demonstram que, embora o bairro da Estação seja predominantemente residencial, sua função de subcentro está consolidada em torno da Avenida Prestes Maia, onde se concentram atividades comerciais, serviços básicos, equipamentos de educação, saúde e cultura. Entretanto, foram identificadas fragilidades que comprometem sua consolidação, como a escassez de áreas verdes, limitações de infraestrutura, vulnerabilidade social e ocupações irregulares. Diante desse diagnóstico, a proposta de intervenção aponta para ações de qualificação urbana voltadas à ampliação de espaços públicos e áreas de lazer, incentivo à mobilidade ativa, valorização do patrimônio histórico ferroviário e fortalecimento da economia local por meio da diversificação de usos. Essas medidas estão alinhadas às diretrizes do Plano Diretor Participativo, que prevê a promoção da policentralidade e do adensamento qualificado, contribuindo para reduzir a pressão sobre o centro principal e consolidar o bairro da Estação como referência subcentral no município. Assim, a pesquisa reforça a compreensão de que a subcentralidade, quando planejada e fortalecida, pode desempenhar papel fundamental na construção de cidades mais equilibradas, sustentáveis e socialmente inclusivas.

**Palavras-chave:** subcentros urbanos; bairro da Estação; policentralidade; planejamento urbano.

### Referências:

BARRETO, Rogério. O centro e a centralidade urbana: aproximações teóricas a um espaço em mutação. **Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia FLUP**, Porto, 2010. Acesso em: 5 set. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios, n. 174). Resumo disponível em PDF. Acesso em: 5 set. 2025.

CUCATO, Janaina Andréa. **As disputas pelo território no espaço urbano de Votuporanga/SP**: contradições no zoneamento de interesse social (ZEIS), 1996-2012. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015. Acesso em: 12 set. 2025.

VOTUPORANGA. Prefeitura Municipal de Votuporanga. Lei Complementar nº 461, de 27 de outubro de 2021. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Votuporanga, regulamenta o zoneamento, o parcelamento, o uso e a ocupação do solo e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Votuporanga**, Votuporanga, 27 out. 2021. Disponível em: [https://www.votuporanga.sp.gov.br/portal/leis\\_decretos/1341/](https://www.votuporanga.sp.gov.br/portal/leis_decretos/1341/). Acesso em: 11 set. 2025.

**APOSTA ONLINE DE QUOTA FIXA: UMA ANÁLISE LEGAL ACERCA DA PUBLICIDADE ABUSIVA E DO SUPERENDIVIDAMENTO**

**EVELLYN CRISTINY PEREIRA DO NASCIMENTO  
VITÓRIA FREGONESI MUNHÓZ  
WALTER FRANCISCO SAMPAIO NETO**

40

**Resumo:** A aposta online de quota fixa, legalizada e conceituada pela Lei nº 13.756/18 e alterada pela Lei 14.790/23, ganhou destaque na atualidade brasileira, representando uma forma de lazer para alguns usuários e/ou uma tentativa de aumentar a renda para outros. Contudo, as apostas contribuem para o superendividamento dos brasileiros, especialmente entre famílias de baixa renda, que se mostram mais vulneráveis ao apelo das apostas na tentativa de melhorar suas condições financeiras ou quitar dívidas. Outro fator para a adesão às apostas online são as publicidades abusivas que se apresentam de diversas maneiras, como por influenciadores, em transmissões esportivas e em canais abertos da televisão. O estudo objetivou analisar a regulamentação existente quanto às apostas online, verificar a efetividade da proteção do apostador quanto ao superendividamento, e avaliar a responsabilização das plataformas à luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e das normas vigentes. A metodologia utilizada para produzir o trabalho foi por meio do método hipotético-dedutivo, qualitativo, utilizando estudo histórico, dogmático-jurídico e hermenêutico, por meio de análise documental, bibliográfica, de legislações e artigos acadêmicos. A pesquisa verificou que a Lei 14.790/23 reconheceu expressamente a relação de consumo entre os apostadores e as plataformas, possibilitando o diálogo de fontes com o CDC. A lei também dispôs sobre a publicidade e propaganda das plataformas de apostas as quais dependem de regulamentação do Ministério da Fazenda, ocorrida só em agosto de 2024 pela Portaria SPA/MF nº 1.231/24. Foi constatado, pela análise da pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a inadimplência de 1,3 milhões de brasileiros devido às apostas. O impacto do endividamento se estende aos familiares e pessoas próximas conforme levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) o qual revelou que 40% dos familiares ou pessoas próximas relataram terem se endividado em razão das apostas e 45% relataram a diminuição da qualidade de vida delas e dos familiares devido às dívidas. Esses dados demonstram o aumento da inadimplência e piora na qualidade de vida das pessoas, correlacionados ao superendividamento, gerando a possibilidade de responsabilização civil das plataformas de apostas e, em certas situações, de seus divulgadores, por violação das obrigações legais e de proteção ao consumidor. Em conclusão, embora o ordenamento jurídico brasileiro possua leis que regulam as plataformas de apostas online e sua publicidade, o objetivo de proteção ao apostador não tem sido efetivo no combate ao superendividamento. Portanto, é necessária a realização de políticas de fiscalização e prevenção eficazes contra os riscos de dependência do jogo, incluindo medidas de acompanhamento do comportamento dos apostadores. É indispensável, ainda, impor medidas preventivas rigorosas nas publicidades, especialmente as realizadas por influencers e celebridades, aplicando a responsabilidade

civil às plataformas e aos divulgadores em casos de violação, com base nos padrões de conduta e no âmbito social de proteção.

**Palavras-chave:** apostas online; direito do consumidor; patrimônio mínimo; regulamentação; responsabilidade civil.

**Referências:**

41

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **O impacto econômico das bets**. Brasília: CNC, 19 set. 2024. Disponível em: [https://portaldocomercio.org.br/publicacoes\\_posts/estudo-do-impacto-economico-das-bets/](https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/estudo-do-impacto-economico-das-bets/). Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS. **Estudo nacional sobre bets**: percepções e atitudes sobre apostas esportivas online. Recife: IPESPE, 23 out. 2024. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3363/52/pt-br/estudo-nacional-bets>. Acesso em: 25 set. 2025.

MAIA, Dilaine Simões; FREIRE, Antonio Carlos Pantoja. Regulamentação das apostas esportivas online "bets" no Brasil: análise contemporânea após a Lei 14.790/23. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 6, p. 32986-33006, jun. 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5972>. Acesso em: 20 set. 2025.

SANTOS, Gabrielly Cordeiro dos; COELHO, Ivana Lara Ribeiro; BERNARDES, Rochele Juliane Lima Firmeza. Entre a diversão e a ruína: a influência das apostas online/bets no endividamento excessivo do brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 3396-3420, abr. 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18903>. Acesso em: 19 set. 2025.

**ARQUITETURA COMO PARTITURA: A SINFONIA DO ESPAÇO****TAIANE BERTOLIN DELGOBO**  
**JANAÍNA ANDRÉA CUCATO**

42

**Resumo:** A vida urbana contemporânea é marcada pelo excesso de estímulos, pela aceleração constante e pela poluição sonora, fatores que comprometem a percepção do espaço, a saúde e a conexão sensorial do indivíduo com o ambiente. Este estudo investiga a influência do silêncio e dos sons naturais como recursos fundamentais para restaurar o equilíbrio físico, mental e emocional, além de ampliar a capacidade de introspecção e a percepção do corpo em relação ao espaço. O objetivo é compreender as interações entre som, silêncio e corpo humano, tomando como base teóricos como Schafer (2011), Céspedes (2019) e outros autores que abordam a relação entre corpo, som e espaço. Busca-se, a partir dessa fundamentação, identificar estratégias arquitetônicas capazes de promover pausas sensoriais em meio ao ritmo acelerado das cidades, atuando como contraponto à alienação contemporânea. A metodologia adotada integra revisão bibliográfica interdisciplinar, envolvendo arquitetura, filosofia e neurociência, além da análise de estudos de caso nacionais e internacionais. Foram também realizados trabalhos de campo, com registros fotográficos e sonoros, mapas mentais e a aplicação de questionário a 40 moradores de Votuporanga/SP e região, visando analisar como diferentes contextos urbanos influenciam a percepção individual sobre sons, silêncio e ritmo de vida. Os resultados indicam que 97,5% dos entrevistados desejam maior contato com sons naturais, enquanto 85% associam ruídos urbanos à irritação e ansiedade. Constatou-se ainda que a maioria reconhece que a aceleração compromete a conexão corpo-ambiente, reforçando a necessidade de espaços que incentivem a desaceleração. Como estratégias arquitetônicas, o projeto propõe o uso de estruturas leves e orgânicas, construídas com materiais naturais como a madeira, e a aplicação de tetos verdes que ampliam o conforto ambiental. A inserção de vegetação com folhas, flores e frutos busca não apenas oferecer sombra e frescor, mas também atrair pássaros e enriquecer a ecologia sonora do espaço. Ao valorizar o vazio, o silêncio e a presença da natureza, cria-se a possibilidade de pausas sensoriais que se integram ao cotidiano urbano. Conclui-se, assim, que a criação desses ambientes fundamentados em elementos naturais pode atuar como antídoto à alienação sensorial, oferecendo espaços de pausa, introspecção e reconexão. Dessa forma, a arquitetura, mais que abrigo, torna-se mediadora de experiências e guardião do silêncio.

**Palavras-chave:** arquitetura; desaceleração; sons naturais; silêncio; corpo; percepção;

**Referências:**

CÉSPEDES, Fernando Garbini. **Ser sonoro:** histórias sobre músicas e seus lugares. 2019. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SCHAFER, R. Murray; FONTERRADA, Marisa Trench. **A afinação do mundo:** uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado

aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011. 381 p.  
ISBN: 8571393532.

MIYAZAKI, Yoshifumi. **Nature therapy** [English dubbed] | TEDxTokyo. [Vídeo].  
TEDx Talks, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MD4rlWqp7Po>.  
Acesso em: 16 mar. 2025.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens Urbanas**. [Campus Fortaleza]: Senac: São Paulo, 1996.

**ARQUITETURA EFÉMERA, MODA E CENOGRAFIA: A COLEÇÃO TURISTA APRENDIZ NA TERRA DO GRÃO-PARÁ DE RONALDO FRAGA NAS ÁGUAS DA AMAZÔNIA**

**ANA FERNANDA CRUZ DE CAMARGO  
ANDREA PENHA GREGORIO VASCONCELOS  
MARIA JULIA BARBIERI EICHEMBERG**

44

**Resumo:** A arquitetura efêmera é marcada por sua natureza temporária e transitória, e tem ganhado visibilidade no cenário da moda e da publicidade. Nesses setores, em que a inovação, a criatividade e o impacto visual são fundamentais, ela surge como um recurso capaz de potencializar a comunicação estética e emocional de marcas e coleções. Mais do que simples estrutura, torna-se parte da narrativa artística, transformando desfiles em experiências sensoriais imersivas. Este trabalho concentra-se na análise da aplicação da arquitetura efêmera na criação de cenários para desfiles de moda, com foco na coleção Turista Aprendiz na Terra do Grão-Pará, de Ronaldo Fraga, que valoriza a riqueza cultural e natural da Amazônia. O objetivo central deste estudo é investigar de que forma a arquitetura efêmera pode ser aplicada ao design de cenários para desfiles de moda, explorando sua capacidade de intensificar a mensagem transmitida pelas coleções. Além disso, busca-se compreender como esses espaços temporários podem reforçar a identidade de uma marca, dialogar com o público e criar experiências estéticas marcantes. Para esse fim, foi escolhido como cenário o Parque Nacional da Amazônia, no estado do Pará, com destaque para o Rio Tapajós. Essa decisão se deu não apenas pelo apelo estético da paisagem, mas por sua força simbólica, que traduz os valores centrais da coleção: cuidado com a natureza, preservação ambiental e respeito às culturas tradicionais. O ambiente fluvial, ao mesmo tempo dinâmico e poético, reflete o movimento e a fluidez presentes tanto na narrativa estética quanto na própria estrutura efêmera do desfile. A metodologia adotada foi dividida em duas etapas. Na primeira, realizou-se uma pesquisa teórica por meio de revisão bibliográfica e documental sobre conceitos da arquitetura efêmera e suas aplicações na moda e na publicidade. Essa análise permitiu compreender a relevância da temporariedade como ferramenta de inovação. A segunda etapa consistiu no desenvolvimento prático de um projeto de cenário para desfile, tendo como referência a coleção de Ronaldo Fraga, cujo conceito valoriza o olhar do *“turista aprendiz”* diante da diversidade amazônica. Os resultados demonstram que a aplicação da arquitetura efêmera possibilitou a criação de um espaço que vai além da função de palco, tornando-se elemento narrativo da coleção. A inspiração na paisagem ribeirinha, nas cores da floresta e nas formas artesanais locais traduziu-se em estruturas leves, sustentáveis e fáceis de montar. O projeto promove uma experiência imersiva em que moda, cultura e território se entrelaçam em uma atmosfera única. Conclui-se que a arquitetura efêmera é recurso essencial para potencializar a comunicação no universo da moda e da publicidade. Sua característica transitória não representa limitação, mas sim oportunidade de inovação e experimentação estética. No projeto inspirado em Ronaldo Fraga, observou-se que o espaço não apenas ambientou o desfile, mas tornou-se coautor da narrativa, agregando profundidade simbólica e impacto visual. Evidencia-se, assim, que a arquitetura efêmera,

ao unir estética, funcionalidade e emoção, tem o poder de transformar eventos em experiências memoráveis e culturalmente significativas.

**Palavras-chave:** arquitetura efêmera; moda; cenografia; experiência sensorial.

**Referências:**

FRAGA, Ronaldo. **Turista aprendiz na terra do Grão-Pará**. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2016.

LIMA, Zeuler R. de A. **Arquitetura efêmera**: arte, espaço e tempo. São Paulo: Annablume, 2012.

PLAZA, Júlio. **Tradução intersemiótica**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SENNETT, Richard. **O artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

**AS PROVAS DIGITAIS E O DEVIDO PROCESSO LEGAL****IZADORA MORO SAMPAIO****WALTER FRANCISCO SAMPAIO FILHO****WALTER FRANCISCO SAMPAIO NETO**

46

**Resumo:** A sociedade contemporânea vive o mundo digital. A vida segue seu curso de forma virtual, apesar de as pessoas estarem materialmente presentes. O Direito tem enfrentado esse problema de forma bastante garantista, pois, no processo penal, no qual as garantias constitucionais são de extrema aplicabilidade a fim de garantir o processo justo, as provas digitais devem ser tratadas com muito cuidado e sob o manto do devido processo legal substantivo. Os crimes têm tomado conotações tais que a prova está presente de forma virtual. Não mais materializada num documento, mas num aplicativo, num programa de computador, numa conversa gravada. A questão que surge é a materialização dessas provas em algo real, verossímil, certa, convincente. A partir dessa proposição, o objetivo do artigo é investigar quais as formas em que a prova digital, ao ser produzida, afronta as garantias constitucionais do investigado/acusado e, qual a melhor forma de produzi-la, garantindo-lhe verdade e autenticidade para o convencimento do juiz. A pesquisa partiu de uma hipótese geral, qual seja, a imprescindibilidade das provas para o devido processo legal, para uma hipótese específica no que concerne à necessidade da regulamentação da prova digital para a garantia do devido processo legal. Para tanto, foi utilizada uma metodologia de revisão bibliográfica e jurisprudencial, com abordagem qualitativa acerca das posições dos doutrinadores em relação às aplicações analógicas que estão sendo feitas atualmente e, também, as discussões de meios e soluções para que se possa buscar a confiabilidade dessa prova no processo, em especial, no processo penal. Por meio dessa abordagem, foi possível observar que, embora haja divergências entre os Tribunais, o Superior Tribunal de Justiça tem sido enfático ao determinar que a prova digital produzida tem que demonstrar a presença de requisitos básicos como, utilidade e validade. Para a utilidade, é necessário que se justifique que a prova será útil no esclarecimento do fato, levando a verdade ao julgador. Quanto à validade, deve-se respeitar a cadeia de custódia (art. 158-A, CPP) com todos os seus requisitos: reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte; a prova deve ser auditável, ou seja, possível de se rever a sua autenticidade; deve ter repetibilidade, isto é, pode ser repetida a qualquer tempo; e, ainda, reproduzibilidade, que possa ser reproduzida com segurança. Conclui-se, portanto, não ser possível a utilização de provas digitais sem que haja o registro formal acerca das etapas do processo, sendo imprescindível uma documentação detalhada sobre os procedimentos adotados na sua produção. Desse modo, há necessidade de que as provas digitais possam ser íntegras, autênticas e confiáveis assim como as demais provas já admitidas e com regulamentação própria, sendo ultimamente adotada a técnica de algoritmo hasch, acompanhada da utilização de um software confiável.

**Palavras-chave:** devido processo legal; "hasch"; provas digitais; validade.

**Referências:**

CAMARGO, Solano de. **Engenharia de prompts no direito. potencializando a prática jurídica com o Chatgpt, o Google Bard e outras inteligências artificiais generativas.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.

FEIGELSON, Bruno; BECKER, Daniel; RODRIGUES, Marco Antonio. (Coord.) **Litigation 4.0. O futuro da justiça e do processo civil vis-à-vis as novas tecnologias.** . ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil / Revista dos Tribunais, 2021.

47

KIRST, Dario José. **Prova digital no processo penal.** 2. ed. Leme: Mizuno, 2024.

SOUZA, Bernardo de Azevedo e. (Coord.) **Metaverso e Direito. desafios e oportunidades.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

**CAMI MANO E O PODER DO PLANEJAMENTO PUBLICITÁRIO EM MARCAS DE PEQUENO PORTE**

**CARLOS DANIEL DOS SANTOS PINHEIRO  
NATÁLIA DOS SANTOS GARCIA  
VANESSA DE CASTRO GOMES ARAÚJO  
VANESSA MARA PAGLIARANI ZEITUNE**

48

**Resumo:** O planejamento de campanha publicitária é uma ferramenta essencial para criar estratégias e promoção de vendas de produtos e/ou serviços. Desenvolver um planejamento que proporciona uma análise mais ampla do negócio, o reconhecimento de forças e fraquezas e amplia as oportunidades de crescimento da marca. Desta forma, o objetivo deste estudo foi desenvolver o planejamento de campanha de maneira prática, concomitante aos conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas do 4º período do curso de Publicidade e Propaganda. A metodologia se baseou em uma visita técnica à feira livre noturna, na cidade de Votuporanga | SP, na qual houve um levantamento de potenciais clientes para a realização da atividade. Após uma análise, foi realizada uma proposta de participação desta atividade curricular e tendo o aceite do cliente, foi definido o calendário para desenvolvimento das etapas estabelecidas que contou com uma entrega quinzenal da elaboração do material e visitas ao cliente 1 vez ao mês. O processo do planejamento de campanha para a marca Cami Mano com apenas 6 meses desde sua criação, evidenciou os pontos fortes e frágeis do negócio identificado, uma linha de artesanato macramê, com peças exclusivas inspirada na natureza e no estilo hippie, a especificação busca equilíbrio entre acessibilidade e valorização do trabalho manual, as vendas ocorrem em feiras locais como a Praça São Bento, Praça Santa Luzia e em eventos realizados no Parque da Cultura, nas redes sociais, com possibilidade de encomendas, sob a promoção abrange conteúdos visuais atrativos e ações como brindes e descontos, consolidando a identidade da marca e a conexão com o público. Além disso, verificou-se a relevância das redes sociais, sobretudo o Instagram e o TikTok, como ferramentas de divulgação e engajamento, capaz de ampliar o alcance da marca e aproxima-la de seu público-alvo. A análise realizada, mostrou que existe um público diverso e receptivo ao artesanato e à proposta cultural da marca, principalmente entre adolescentes e adultos com estilos de vida alternativos. A aplicação prática do planejamento também evidenciou a viabilidade de estratégias alinhadas ao orçamento limitado da marca, mas com potencial de gerar impacto positivo tanto no reconhecimento quanto nas vendas. Assim conclui-se, que o planejamento reconhece oportunidades e fortalece a identidade, foi possível criar estratégias eficazes, com um planejamento consistente a Cami Mano pode se consolidar em diversos âmbitos, garantindo reconhecimento e novas oportunidades de crescimento.

**Palavras-chave:** âmbitos; planejamento; público; reconhecimento.

**Referências:**

ARAÚJO, Layane Nascimento de; DE ALBUQUERQUE, Sheila Rodrigues. A identidade visual como diferencial na comercialização artesanal. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 427-450, 2023. Disponível em:

<<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/391>>. Acesso em: 19 jul. 2025.

DUTRA, Joselito Targino de Oliveira; MINCIOTTI, Silvio Augusto; CORCINO, Kevin Ferreira. Estudos sobre marketing e artesanato: levantamento bibliométrico com análise sistemática da produção acadêmica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e32811528297-e32811528297, 2022. Disponível em:

<<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28297/24614>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

49

SANTOS, Thiago de Sousa et al. O artesanato como elemento impulsionador no desenvolvimento local em municípios brasileiros. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA , SEGeT, 7., 2010, Resende. **Anais...** Resende: SEGeT, 2010. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/318611641\\_O\\_CONHECIMENTO\\_TRADICIONAL\\_E\\_O\\_DESENVOLVIMENTO\\_DE\\_PRODUTOS\\_ARTESANAIS\\_NO\\_CAMPO\\_DO DESIGN](https://www.researchgate.net/publication/318611641_O_CONHECIMENTO_TRADICIONAL_E_O_DESENVOLVIMENTO_DE_PRODUTOS_ARTESANAIS_NO_CAMPO_DO DESIGN)>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SILVA, Diane Chagas da et al. Empreendedor artesão: dificuldades de competição com produtos industrializados. **Revista do encontro de gestão e tecnologia**, v. 2, n. 2, p. e22073-e22073, 2025. Disponível em: <<https://zenodo.org/records/14763564>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

## CEBAS - ISENÇÃO TRIBUTÁRIA DO TERCEIRO SETOR NA ÁREA DA SAÚDE

**FABIANA DE OLIVEIRA VIVAN  
DANIELY FIGUEIREDO PUERTA FERREIRA**

50

**Resumo:** O CEBAS, Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, é um certificado concedido pelo Governo Federal às entidades filantrópicas atuantes nas áreas de educação, assistência social ou saúde. Trata-se de uma certificação que isenta de contribuições sociais as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Assim, em meio à crise econômica em que as Santas Casas e entidades filantrópicas se encontram, conseguir tal imunidade é uma grande conquista diante de todas as despesas que as entidades do terceiro setor suportam. Para tanto, este estudo teve como objetivo demonstrar os requisitos necessários para a obtenção do certificado em questão, elencados pela Lei Complementar n. 187, de 16 de Dezembro de 2021 e regulamentados pelo Decreto n. 11.791, de 21 de Novembro de 2023. Realizou-se estudo de caso com a Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga, por se tratar de entidade filantrópica sem fins lucrativos e que possui a certificação CEBAS. A pesquisa verificou que o nosocômio mencionado deixou de gastar no ano de 2024 o equivalente a R\$ 13.517.034,51 (treze milhões, quinhentos e dezessete mil e trinta e quatro reais e cinquenta e um centavos) em pagamento de impostos e de energia elétrica e recebeu o montante de R\$ 14.363.221,98 (quatorze milhões, trezentos e sessenta e três mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos) em subvenção. Assim, concluiu-se que o CEBAS traz muitos benefícios econômicos fortalecendo a gestão SUS e melhora o acesso aos serviços de saúde, assegurados à todos pela Constituição Federal.

**Palavras-chave:** CEBAS; contribuições; economia; filantrópica; imunidade;

**Referências:**

ARAUJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do Terceiro Setor.** 1.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BORGES, Stella. **Dívida das Santas Casas e hospitais filantrópicos dobra em 18 anos.** Disponível em:  
<http://www.noticias.uol.com.br/saude/ultimas/redacao/2023/09/10/santas-casashospitais-filantrópicos-divida.htm>. Acesso em: 16 de jul. 2025.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MORAES, Guilherme Peña de. **Constituição Federal atualizada até EC 132/2023.** 10.ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2024.